



**TESOURO**

# Resultados

**2019 - 2022**

## Ficha Técnica

Governador do Estado de Minas Gerais

Romeu Zema Neto

Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais

Gustavo de Oliveira Barbosa

Secretário-adjunto de Fazenda do Estado de Minas Gerais

Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes

Subsecretário do Tesouro Estadual

Fabio Rodrigo Amaral de Assunção

Superintendente Central de Administração Financeira

Felipe Afonso Costa

Superintendente Central de Contadoria Geral

Maria da Conceição Barros de Rezende Ladeira

Superintendente Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública

Andresa Linhares de Oliveira Nunes

Assessoria STE

Vanessa Lamêgo Avendanha

Evelyne Cirilo Sousa

Pedro Augusto Moreira Dias

Pedro Vinicius Campos

## Apresentação

O presente relatório tem o objetivo de consolidar as principais ações e resultados alcançados, no decorrer da gestão de 2019 a 2022, no âmbito da Subsecretaria do Tesouro Estadual.

Os dados e informações contidos neste documento foram coletados junto às áreas de negócio e consolidados pelo Núcleo de Planejamento e Acompanhamento Estratégico do Tesouro. Assim, o relatório é composto por informações de aspecto objetivo, que refletem fatos comprovadamente ocorridos, bem como de aspecto subjetivo, captando as percepções gerenciais dos líderes de cada unidade.

Ainda no aspecto metodológico, cabe informar que o relatório apresenta um recorte dos principais resultados de cada área, porém a realidade não se limita a esses apenas.

No decorrer do documento, é possível perceber os grandes esforços realizados pela equipe, que em conjunto com uma estratégia de gestão e modernização, propiciaram avanços no âmbito de toda a Subsecretaria.

Dois pontos muito destacados são referentes à reestruturação implementada e ao grande foco dado à transformação digital e à transparência. Seguimos com o propósito de transformar o Tesouro Estadual em uma unidade reconhecida por sua excelência.

## Sumário

1	GABINETE E NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO ESTRATÉGICO DO TESOURO.....	5
2	SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA – SCAF.....	8
2.1	Gabinete SCAF .....	8
2.2	Diretoria Central de Controle e Operações Financeiras .....	10
2.3	Diretoria Central de Planejamento e Análise Financeira .....	14
3	SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA CENTRAL – SCCG.....	16
3.1	Gabinete SCCG .....	16
3.2	Diretoria Central de Contabilidade Governamental.....	17
3.3	Diretoria Central de Governança do Sistema .....	19
3.4	Diretoria Central de Informações Contábeis e Fiscais .....	20
3.5	GRP.....	22
4	SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE GOVERNANÇA DE ATIVOS E DA DÍVIDA PÚBLICA - SCGOV.....	24
4.1	Gabinete SCGOV.....	24
4.2	Diretoria Central de Gestão de Ativos .....	25
4.3	Diretoria Central de Governança das Estatais .....	28
4.4	Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública .....	30
5	MENSAGEM DO SUBSECRETÁRIO.....	33

## 1 Gabinete e Núcleo de Planejamento e Acompanhamento Estratégico do Tesouro

- Reestruturação da Subsecretaria do Tesouro tanto no que se refere às suas competências (Decreto nº 47.794/2019), quanto no que se refere à estrutura de pessoal, com remanejamento e integração de novos servidores à equipe;
- Fortalecimento da imagem do Tesouro Estadual por meio de trabalho de gestão da marca, reiterando o posicionamento da Subsecretaria dentro da Secretaria de Fazenda com a elaboração de Manual de Padronização da Comunicação do Tesouro, divulgação de logomarca, realização de eventos de integração e divulgação de notícias de atividades relevantes;
- Alteração do layout do Tesouro no site da SEF, proporcionando uma visão global das atividades e entregas da STE e disponibilizando conteúdos que corroboram com a transparência pública;
- Implementação da ferramenta “Fale com o Tesouro” para atendimento dos clientes da Subsecretaria, proporcionando uma melhor gestão e agilidade nos atendimentos, além da produção de relatórios para acompanhamento, controle e implementação de ações de melhoria;
- Alienação da prestação de serviços financeiros: em 2021 o Tesouro Estadual, por meio da coordenação pelo Núcleo de Planejamento e Acompanhamento Estratégico do Tesouro, conduziu o processo de alienação de serviços financeiros (folha de pagamento e pagamento a fornecedores) do Estado, tendo como resultado o valor de alienação de R\$2,42 bilhões, o que representou um ágio de 17,93% do valor do Edital de licitação;
- Implementação do Tesouro na Mão, aplicativo que disponibiliza para toda a sociedade, sobretudo para os municípios e gestores públicos, informações gerenciais de responsabilidade da STE, de forma transparente, rápida, integrada e facilitada;
- Desenvolvimento e implementação do STEFAN, Frente de Automatização de Negócio da Subsecretaria do Tesouro Estadual, iniciativa que contribui para a modernização dos processos de gestão, automatizando rotinas e impulsionando a transformação digital;
- Construção e implementação, em conjunto com as áreas de negócio, de portais no site da SEF, dando maior tempestividade, integridade e transparência na publicação de informações (Portal da Dívida, das Estatais, de Repasse aos Municípios, iFinanças, Consulta às Ordens de Pagamento, Painel do Fale com o Tesouro, dentro outros);

- Desenvolvimento e implementação do Sistema de Gerenciamento de Riscos e do Painel de Gerenciamento de Riscos do Tesouro, ferramentas que foram estendidas para a utilização de toda a Secretaria de Fazenda, conforme determinação do Comitê de Integridade, Riscos e Controle – CIRC;

Figura 1. Tela do Painel de Gerenciamento de Riscos da SEF/MG



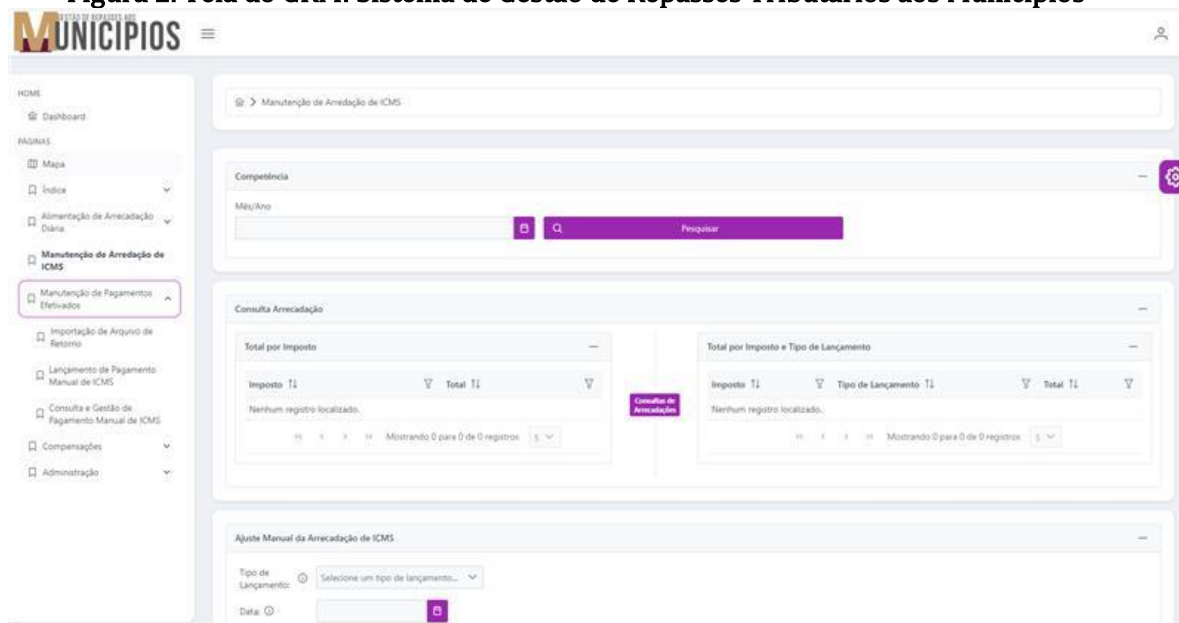
Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda (2022)

- Desenvolvimento de metodologia e sistema de Gerenciamento de Riscos da Força de Trabalho da STE e construção de painel gerencial, tendo como objetivo avaliar o quantitativo e alocação atual dos servidores do Tesouro dentro dos processos de trabalho e avaliar os riscos de perda de conhecimento, dando subsídio ao corpo gerencial da STE para tomada de decisão no que se refere a capacitações, readequações de servidores de acordo com o perfil e processos de trabalho, além de visualização de necessidade de recomposição da equipe;
- Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Repasses Tributários aos Municípios - GRM, com a parceria das Superintendências de Tecnologia da Informação - STI/SEF, de Administração Financeira – SCAF/SEF e de Arrecadação e Informações Fiscais – SAIF/SEF, tendo como objetivo automatizar o processo de consolidação, análise e cálculo de repasses aos municípios, bem como gerar as portarias publicadas pelo

Estado de forma automática, reduzindo assim os riscos inerentes ao processo. Em 2022, foram entregues os seguintes módulos:

- Índice da Lei Robin Hood (interface Fundação João Pinheiro);
- Manutenção de Arrecadação de Tributos Arrecadação; e
- Manutenção de Pagamentos Efetivados.

**Figura 2. Tela do GRM: Sistema de Gestão de Repasses Tributários aos Municípios**



Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda (2022)

- Desenvolvimento e implementação do Sistema de Controle do GRP e do Painel de Monitoramento do GRP.

## 2 SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA – SCAF

### 2.1 Gabinete SCAF

- Criação da Divisão de Gestão e Inovação - DIGI, visando assessorar a Superintendência e as suas Diretorias;
- Reestruturação organizacional da SCAF, com a recomposição e redistribuição da equipe, realização de iniciativas de gestão do conhecimento e capacitações externas;
- Participação em diversos grupos de trabalho – GT, por exemplo:
  - Lei Complementar nº 100/2007 - FGTS;
  - Novo ementário das fontes de recursos (Portaria STN 710/2021);
  - Registro Nacional de Infrações de Trânsito – RENAINF;
  - Terceirização de Vistoria Veicular.
- Participação nas discussões para elaboração e formalização dos acordos necessários para saneamento dos passivos do Estado de Minas Gerais e demais temas de interesse da SEF:
  - Associação Mineira de Municípios - AMM;
  - AMM Saúde;
  - Acordo para Recomposição de Depósitos Judiciais (TJMG); e
  - Acordo Judicial de Reparação da Vale.
- Reestruturação da utilização do SEI! por meio de regularização do passivo, bem como a padronização das análises, tratativas e respostas com tempestividade, transformando-o no principal canal de comunicação institucional e de expedientes da SCAF;
- Implementação das ferramentas: Fale com Tesouro, Painel de Consulta às Ordens de Pagamento e Painel de Transferências Constitucionais (Portal de Repasses aos Municípios);

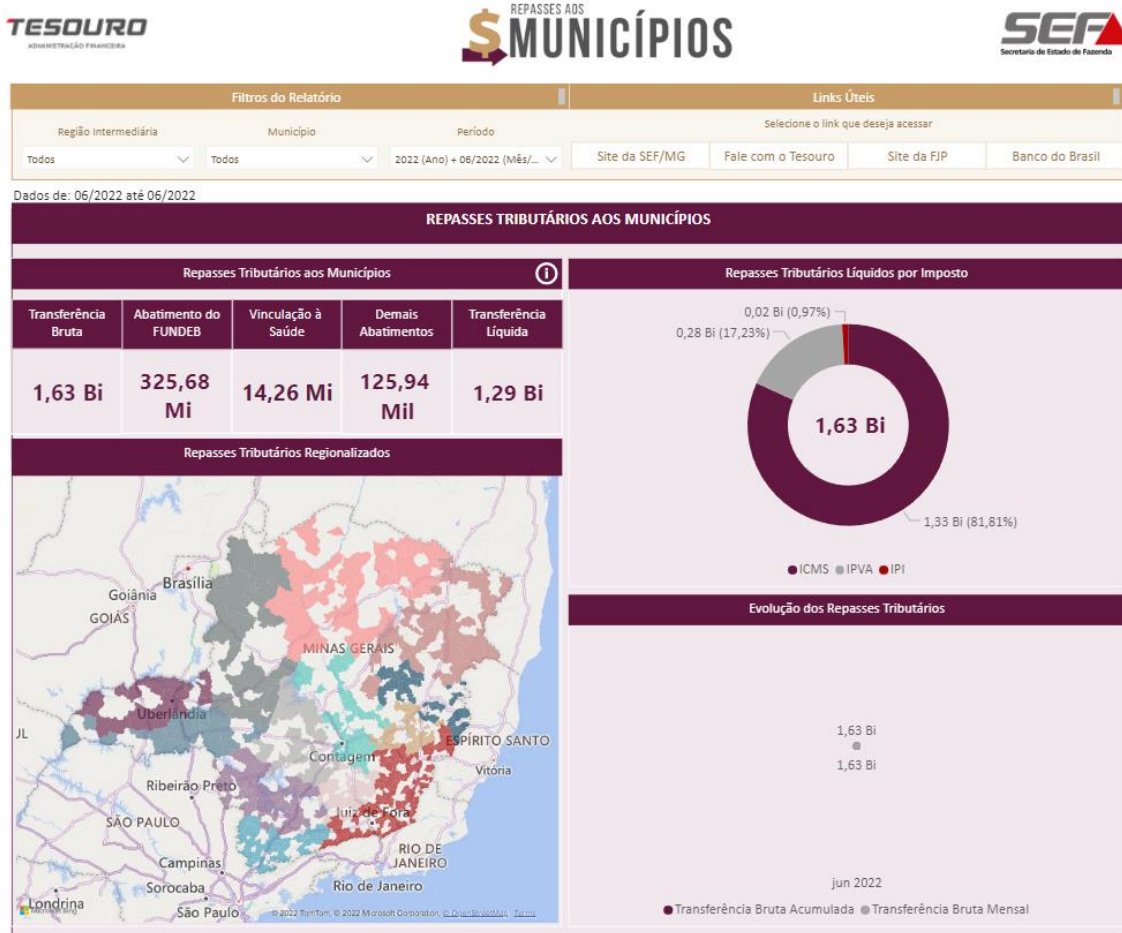


Figura 3. Tela do Painel de Consulta às Ordens de Pagamento



Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda (2022)

Figura 4. Tela do Portal de Repasses aos Municípios



Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda (2022)

- Participação e contribuições no processo de alienação de serviços financeiros (folha de pagamento e pagamento a fornecedores) do Estado, que resultou na regularização do pagamento de salário do funcionalismo público estadual, após sucessivos anos de parcelamento;
- Elaboração do processo de contratação de instituição bancária apta a gerir a disponibilidade de caixa do Estado e outros serviços financeiros, alavancando os ganhos financeiros, com a criação de fundos de investimento exclusivos e com redução das taxas de administração e melhores rentabilidades;
- Projeto GRP: desenvolvimento do Módulo Execução da Receita e participação em reuniões e demais acompanhamentos sobre o sistema;
- Gestão da informação com destaque para a elaboração de notas técnicas sobre a situação financeira do Estado, respostas para subsidiar defesa jurídica do Estado em função dos passivos em aberto e outras matérias, respostas a diversos órgãos de controle, imprensa e municípios, análises de impacto financeiro e outros reflexos institucionais referentes às propostas legislativas, CPI da COVID, entre outras;
- Evolução dos níveis de maturidade na avaliação do MD-GEFIS em 2022, se comparado ao resultado auferido em 2019;
- Execução do Projeto “SCAF 100% sem papel”, que possibilitou a transferência de processos antes realizados manualmente para meios eletrônicos e a eliminação do uso e tramitação de expedientes físicos;
- Tratamento da massa documental física;
- SCAF CLEAN: recolhimento e descarte de documentos físicos localizados na CAMG.

## **2.2 Diretoria Central de Controle e Operações Financeiras**

- Pagamento de R\$ 7,01 bilhões relativo ao acordo firmado com Associação Mineira de Municípios - AMM, sendo:
  - R\$ 2,09 bilhões referentes a repasse aos municípios (ICMS e IPVA);
  - R\$ 4,92 bilhões referentes a aporte ao FUNDEB.
- Pagamento de R\$ 755 milhões referentes aos precatórios 2016-2018 e retomada dos pagamentos correntes;
- Pagamento de R\$ 912,79 milhões para fins de recomposição do índice constitucional da Saúde referente ao exercício 2018;
- Pagamento de R\$ 2,3 bilhões referente ao 13º salário relativo ao exercício de 2018;
- Pagamento de R\$ 661 milhões referentes às férias prêmio dos servidores;

- Pagamento de R\$ 542 milhões referentes aos empréstimos consignados dos servidores;
- Pagamento de R\$ 154 milhões, desde 2021, referente ao acordo com o TJMG para a recomposição de aproximadamente R\$ 7,6 bilhões dos depósitos judiciais sacados, com economia de R\$ 600 milhões nas tarifas do TJMG;
- Regularização de débitos IPSM e IPSEMG no valor de R\$ 2,39 bilhões (patronal 2017-2018 e saúde);
- Regularização contábil de R\$ 514 milhões referentes a INSS retido junto à conta do Fundo de Participação dos Estado – FPE, referente ao ano de 2018;
- Regularização contábil no valor de R\$ 350 milhões referentes aos bloqueios judiciais;
- Regularização contábil no valor de R\$ 224 milhões referentes as garantias executadas (PPP);
- Regularização de aproximadamente R\$ 72 milhões, advindo do desenvolvimento de ações junto aos municípios que receberam valores em duplicidade em decorrência de bloqueios judiciais, para realização de encontros de contas;
- Mapeamento para fins de implementação do gerenciamento de riscos do processo de conciliação bancária das contas únicas do Tesouro Estadual;
- Circularização aos órgãos da centralização da compra de moeda estrangeira no Tesouro Estadual por meio da plataforma *Bloomberg*;
- Negociação com o Banco do Brasil para recomposição do Fundo de Reserva da Lei nº 151/2015, que permitiu a retomada de cumprimentos de ordens judiciais paralisadas;
- Coordenação do Grupo de Trabalho instituído pela Resolução Conjunta AGE/SEF, de 13 de agosto de 2020, que previu estudos e providências relativas ao mapeamento, à identificação e à regularização orçamentária e contábil dos bloqueios judiciais ocorridos em contas bancárias do Estado. Para isso, houve apoio do Núcleo de Planejamento e Acompanhamento Estratégico do Tesouro e da Superintendência de Tecnologia da Informação - STI, para automação do processo e para consolidação dos dados em painel dos bloqueios da conta única;

Figura 5. Tela do Painel de Controle de Bloqueios Judiciais

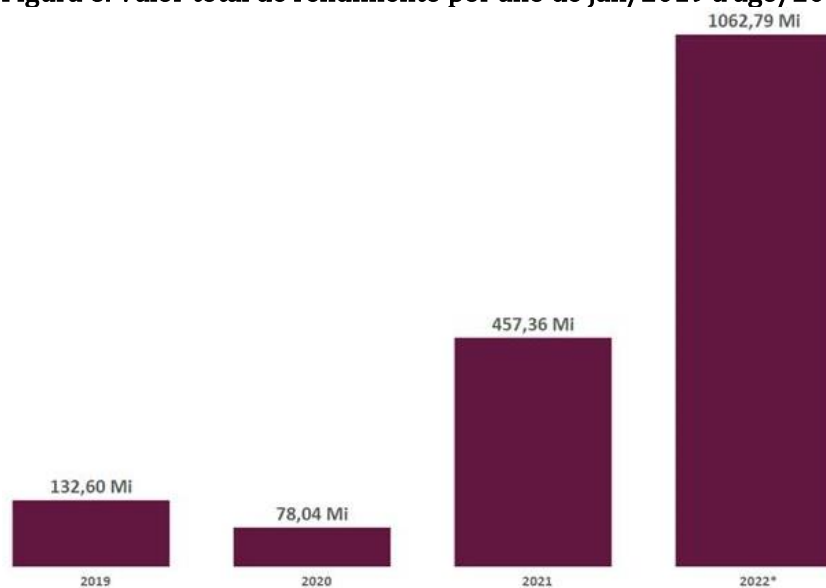
Protocolo	Última Movimentação	Bloqueio Atual	Quant. de Movimentações	Ocorrência de Bloqueio	Ocorrência de Desbloqueio	Ocorrência de Saldo Liberado	Ocorrência de Transferência
20210007648989	19/08/2022	0,00	2	1	0	0	1
20220000355912	19/08/2022	0,00	2	1	0	0	1
20220000482114	19/08/2022	0,00	2	1	0	0	1
20220003149934	19/08/2022	0,00	2	1	0	0	1
20220003810686	19/08/2022	0,00	2	1	0	0	1
20220004125753	19/08/2022	0,00	2	1	0	0	1
20220004749421	19/08/2022	0,00	2	1	1	0	0
20220005462347	19/08/2022	0,00	2	1	0	0	1
20220005868156	19/08/2022	0,00	2	1	0	0	1
20220006204237	19/08/2022	0,00	2	1	0	0	1
20220006339939	19/08/2022	0,00	2	1	0	0	1
20220006423929	19/08/2022	0,00	2	1	0	0	1
20220006590404	19/08/2022	0,00	2	1	0	0	1
20220006679945	19/08/2022	0,00	2	1	1	0	0
20220006977119	19/08/2022	0,00	2	1	0	0	1
20220007035442	19/08/2022	0,00	3	1	1	0	1
20220007148874	19/08/2022	0,00	2	1	0	0	1
20220007223576	19/08/2022	0,00	2	1	0	0	1
20220007434301	19/08/2022	0,00	2	1	0	0	1
20220007436945	19/08/2022	0,00	2	1	0	0	1
20220007437077	19/08/2022	0,00	2	1	0	0	1
20220007438035	19/08/2022	0,00	2	1	0	0	1
<b>Total</b>		<b>174.372.243,79</b>	<b>292477</b>	<b>158631</b>	<b>6348</b>	<b>1620</b>	<b>125878</b>

Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda (2022)

- Participação em Grupo de Trabalho criado para executar a compensação de dívidas vencidas com créditos tributários, autorizada pela Lei nº 23.510/2019 e regulamentada pelos Decretos nº 47.908/2020 e nº 47.936/2020:
  - A partir do trabalho desenvolvido, foram regularizados em torno de R\$ 178 milhões referentes à compensação de dívidas com a CEMIG e com o Posto Ipiranga em créditos de ICMS, com ganhos expressivos na retirada dos encargos incidentes.
- Acerto e conciliação financeira junto à Caixa Econômica Federal referentes aos bloqueios judiciais decorrentes do atraso no repasse dos empréstimos consignados de 2014 a 2018;
- Publicação de norma complementar referente a rateios constitucionais, sendo sancionada a Lei nº 23.387/2019 e criadas contas bancárias de ICMS e FUNDEB, além de mecanismos para cumprimento do disposto;
- Transferência das atividades relacionadas à receita do Fundo Financeiro de Previdência – FUNFIP para a atual unidade gestora, o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – IPSEMG;
- Reestruturação procedimental do pagamento da folha e de fornecedores e da relação bancária com a instituição financeira resultante da licitação da folha;
- Estruturação de processos e fluxos operacionais para a arrecadação de novos recursos:

- Transferências Especiais;
  - Auxílios da União (LC nº 173/2020, Lei Aldir Blanc – LAB);
  - Recursos Vale; e
  - Renova.
- Auxílio aos órgãos nas dúvidas quanto à estruturação de processos e fluxos operacionais para a implementação de auxílios oriundos de recursos Estaduais e da União (Renda Minas e Auxílio LAB);
  - Análise e implantação da alteração do registro da receita da cota parte dos municípios, retirando o valor da transferência da despesa orçamentária e passando a deduzir da receita;
  - Acompanhamento e apoio no desenvolvimento do GRP: módulos Institucional e Execução Financeira;
  - Gestão dos fundos exclusivos Pégaso e Grifo junto ao Banco do Brasil, Centauro da Caixa Econômica Federal e o fundo Minotauro junto ao Banco Itaú, ação que proporcionou R\$ 1,73 bilhões de rendimento de aplicações financeiras.

**Figura 6. Valor total de rendimento por ano de jan/2019 a ago/2022**



Fonte: Elaboração própria (2022)

**Tabela 1. Rentabilidade dos fundos criados em 2022**

Mês/Ano	CDI	Banco do Brasil			Banco Itaú		CEF	
		Fundo Diferenciado	Fundo Pégaso*	Fundo Grifo*	MG GOV	Minotauro	Títulos públicos renda fixa	Centauro*
Ago./22	1,17%	1,10%	1,15%	1,11%	1,10%	1,16%	1,17%	1,17%

Fonte: Elaboração própria (2022)

## 2.3 Diretoria Central de Planejamento e Análise Financeira

- Aprimoramento da gestão do fluxo de caixa, viabilizando a regularização de pagamentos e a baixa dos passivos citados anteriormente:
  - Utilização do fluxo de caixa para a tomada de decisões;
  - Implementação do denominado Fluxo de Caixa Vertical, gerando a possibilidade de projeções de médio e longo prazo;
  - Utilização de modelos estatísticos para previsão/projeção das receitas com trânsito no Caixa Único.
- Estudos e simulações sobre os impactos da Reforma da Previdência Civil e Militar, retirada dos valores do fundo de previdência do Caixa Único, estudo do aumento de servidores, entre outros procedimentos que impactaram no fluxo de caixa;
- Estudos para retirada do FUNDEB do Caixa Único, modelo implementado a partir de setembro de 2022;
- Gestão do conhecimento a partir do compartilhamento de informações e experiências entre a equipe e realização de curso interno sobre Armazém do SIAFI-MG para a equipe da SCAF;
- Desenvolvimento do Portfólio Financeiro da SCAF, contendo painéis que sintetizam ações e resultados da Superintendência e da gestão financeira;
- Participação no estudo do cálculo do passivo de depósitos judiciais pelo Estado de Minas Gerais;
- Participação em estudos e discussões sobre a alienação da folha de pagamento;
- Participação em Grupo de Trabalho com a Secretaria de Estado de Educação - SEE e a Advocacia-Geral do Estado - AGE, com o objetivo de apurar o valor nominal devido ao Estado, em virtude do trânsito em julgado da Ação Cível Ordinária nº 722 (FUNDEF), resultando na elaboração de nota técnica em conjunto com a SEE;
- Melhoria no controle do processo de liberações financeiras, com a padronização das solicitações advindas dos órgãos e o controle diário das informações realizadas pela equipe a partir das informações geradas pelo Armazém - BO;
- Estudo para formação da cota mensal estipulada para cada órgão do Estado, com posterior contingenciamento das cotas mensais para o enfrentamento dos impactos financeiros da crise sanitária da COVID-19;
- Controle preciso e acessível das liberações financeiras referentes à folha de pessoal e atuação na conferência dos pagamentos realizados pelos órgãos estaduais, resultando no não pagamento de *float* bancário;

- Envolvimento dos órgãos nas liberações financeiras relativas à folha de pessoal, fomentando o senso de responsabilidade e pertencimento, resultando na redução considerável no atraso de registros das ordens de pagamento realizados pelos órgãos.

### 3 SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA CENTRAL – SCCG

#### 3.1 Gabinete SCCG

Na gestão 2019 a 2022, a SCCG promoveu diversas ações e melhorias relatadas em sua especificidade pelas respectivas diretorias, porém merecendo dar a devida ênfase no desenvolvimento do GRP e seus avanços ao longo dos últimos anos.

No âmbito do Gabinete SCCG e da ATRI, pode-se destacar as seguintes ações e resultados:

- Capacitação de usuários dos módulos do GRP;
- Automatização de ferramentas para maior transparência da informação contábil e fiscal, mediante a construção de painéis e relatórios gerenciais disponibilizados internamente e ao público externo, pelo Portal iFinanças;
- A ampliação e qualificação dos registros contábeis dos órgãos e entidades do Estado, mediante circularizações de contas contábeis essenciais;
- Projeto de Capacitação dos Contadores dos órgãos do Estado: realização de ampla capacitação dos contadores de todos os órgãos e entidades, com um curso totalmente elaborado pela equipe da SCCG, sem nenhum custo para a SEF, capacitando 142 profissionais, com carga horária de 33 horas-aula;
- Assunção das competências do núcleo de acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal - PAF;
- Promoção da revisão contínua da metodologia de Matriz de Saldos Contábeis, exigência mensal da STN, fazendo seu encaminhamento de forma automatizada;
- Redução do prazo de encerramento do exercício e apuração dos Balanços Consolidados e individualizados;
- Desenvolvimento de um volume específico de Notas Explicativas que acompanham o Balanço Geral, de acordo com as NBC SP;
- Participação no GEFIN, no GT Contabilidade e participação de várias discussões jurídicas que tem repercussão nas atividades da STE;
- Desenvolvimento e implantação de metodologia para reavaliação de bens imóveis:
  - Formação de grupo de trabalho para desenvolvimento e regulamentação da reavaliação de bens móveis estaduais;
  - Desenvolvimento e implantação de metodologia automatizada de depreciação dos bens móveis com registros contábeis atualizados nas demonstrações contábeis dos órgãos e entidades do Estado.



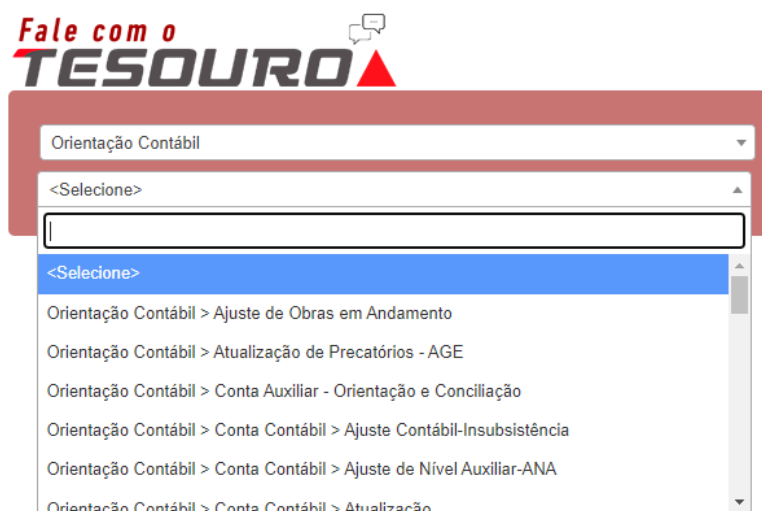
- Participação no Grupo de Estudos dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 100/2007 – FGTS;
- Atendimento aos órgãos e entidades do Estado com análise de 2.162 processos de Despesa de Exercícios Anteriores, 222 processos de convalidação de despesa por parte dos ordenadores de despesa, análise, atendimento e/ou encaminhamento de 323 pedidos de informações, dentre elas do TCE, e atendimento de 143 processos judiciais relativos a temas diversos;
- Sugestões e subsídios à AGE nos seguintes aspectos: propositura de Ação no STF sobre inconstitucionalidade da Solução de Consulta COSIT 278 - Efeito: decisão do STF na ACO 3.558 com a retirada da base de cálculo do PASEP da Administração Direta (contribuição Patronal repassada ao IPSEMG); Fundamentação (efetivada pela ATRI) da defesa do Estado e levantamentos das inconsistências do autoinfracional na autuação da RFB referente à contribuição para o PASEP da Administração Direta. Valor inicial da autuação: R\$ 1,4 bilhão. Efeito: Suspensão da constituição do Crédito Tributário por parte da RFB; Imposto de Renda Retido na Fonte – Decisão STF ACO 2847 favorável ao Estado de MG - iniciativa da ATRI para a propositura da ação, com subsídios à AGE, em contestação à Solução de Consulta – COSIT 166/2015;
- Participação do Grupo de Trabalho de compensação de dívidas de órgãos e entidades com a CEMIG e IPIRANGA – Decreto nº 47.908/2020;
- Discussões em grupo de trabalho conjunto entre SCCG, SEPLAG e AGE acerca limitações impostas pela União para aceitação das declarações expedidas pelo Estado para fins de celebração de convênios de entrada.

### **3.2 Diretoria Central de Contabilidade Governamental**

- Manutenção dos processos contábeis atualizados, em consonância com as normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, para registro e controle dos atos e fatos contábeis da Administração Pública Estadual;
- Orientação, acompanhamento e atendimento dos órgãos e entidades exclusivamente pela ferramenta “Fale com o Tesouro”:
  - De 2020 a julho de 2022, foram recebidas 3.485 demandas e todas respondidas dentro do prazo, garantindo-se assim a tempestividade, eficiência, aprimoramento da qualidade e celeridade nos atendimentos;

- Possibilitou o atendimento de forma mais efetiva, gerando base de conhecimento a ser utilizada na apuração dos temas com maior incidência de questionamentos, proporcionando adoção de estratégias para aprimorar o atendimento dos clientes da DCCG.

**Figura 7. Recorte da tela do Fale com o Tesouro – Orientação Contábil**



Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda (2022)

- Redução dos prazos para encerramento dos balanços e disponibilização deles para as Unidades, mediante esforço das equipes internas da SCCG;
- Conciliação contábil e consolidação do montante da dívida dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual para com as empresas Ipiranga Produtos de Petróleo S.A e Cemig Distribuição S.A para fins de compensação de dívidas reconhecidas com crédito tributário de ICMS, nos termos da Lei nº 23.510/2019;
- Capacitação dos contadores dos órgãos e entidades num curso totalmente desenvolvido pela Superintendência, com forte atuação da DCCG, objetivando propiciar aos mesmos aprimoramentos contábeis dos procedimentos das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, bem como análise e interpretação das demonstrações contábeis – DCASP;
- Definição e implementação de procedimentos contábeis conforme necessidades legais e gerenciais dos órgãos e entidades do Estado, bem como em atendimentos aos normativos da Secretaria do Tesouro Nacional.

### 3.3 Diretoria Central de Governança do Sistema

- Orientação, acompanhamento e atendimento dos órgãos e entidades exclusivamente pela ferramenta “Fale com o Tesouro”:
  - De 2020 a 2022, foram recebidas 5.441 demandas até julho de 2022, sendo que 99,63% dessas foram atendidas dentro do prazo, garantindo assim a tempestividade nos atendimentos;
  - A ferramenta propiciou o acompanhamento efetivo das demandas dos usuários, melhorando a tempestividade dos atendimentos, além de permitir a realização de diagnósticos quanto aos problemas reincidentes pelas unidades demandantes.

**Figura 8. Tela com os atendimentos da área no Fale com o Tesouro**



Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda (2022)

- Integração do Armazém SIAFI-MG com o Portal iFinanças (SAS). Essa ação, conforme será relatado pela Diretoria Central de Informações Contábeis e Fiscais - DCICF, proporcionou uma alavancagem na disponibilização das informações contábeis e fiscais por meio da construção de relatórios e painéis gerenciais online.
- Desenvolvimento de integrações com o processo de reembolso oftalmológico do Instituto de Previdência dos Servidores Militares - IPSM, com o processo de diárias da Polícia Militar - PMMG e com a Plataforma + Brasil via Portal de Compras.
- Implementações e gerenciamentos de manutenções evolutivas e corretivas no SIAFI-MG, dentre elas a implementar os procedimentos de alteração do Banco do Brasil para o Itaú, em atendimento ao novo contrato celebrado entre este e o Estado de Minas Gerais.
- Disponibilização dos relatórios para a prestação de contas junto ao Tribunal de Contas aos Órgãos e Entidades do Estado, através do site do SIAFI-MG, com a funcionalidade de geração e envio por meio eletrônico, evitando assim a impressão;

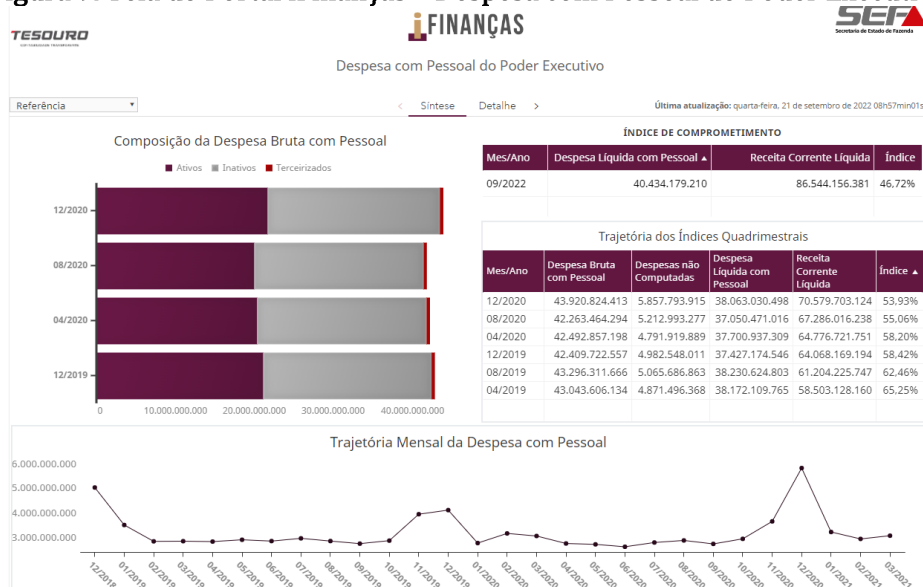
- 2.225 demandas abertas para a Prodemge de 2019 a julho de 2022, em sua maioria referentes a manutenções evolutivas e corretivas do SIAFI-MG, além de vários levantamentos de regras para ajustes dos processos com gestão da DCGS;
- Implementações e manutenções no SIAFI-MG, para possibilitar, por exemplo, alterações dos programas para a substituição do FUNFIP para o FFP, implantação da unidade financiadora do gasto na despesa de pessoal, inclusão do DARF para pagamento do INSS para atendimento da legislação da Receita Federal, melhoria nos processos de registro de créditos especial e extraordinário, implementação da folha de estagiários por arquivo.
- Consolidação da gestão de acesso e finalização da construção da camada semântica do Armazém, com homologações em andamento por parte dos gerentes dos processos no âmbito do Projeto GRP. No tocante ao Módulo Despesa de Pessoal, houve a conclusão de arquivos com sucesso, a exemplo de Ipsemg pensão e PMMG.

### **3.4 Diretoria Central de Informações Contábeis e Fiscais**

Na gestão 2019 a 2022, a DCICF promoveu as seguintes ações de melhoria:

- Formalização do atendimento de demandas e questionamentos pontuais acerca das informações contábeis, orçamentárias e patrimoniais do Estado, por meio do aprimoramento e padronização do instrumento de Nota Técnica;
- Implementação de novas ferramentas de extração, processamento e gerenciamento de dados, aplicadas na base de dados do Armazém SIAFI-MG, proporcionando maior consistência, agilidade e segurança na informação disponibilizada:
  - Demonstrativos fiscais e relatórios gerenciais elaborados por meio das ferramentas SAS-VA (Receita Corrente Líquida, Despesas com Pessoal, Matriz de Saldo Contábil, Balanço Orçamentário) e *Power BI* (One Page Report - OPR do Portal iFinanças);

**Figura 9. Tela do Portal iFinanças – Despesa com Pessoal do Poder Executivo**



Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda (2022)

- Implementação do Portal iFinanças, com a disponibilização dos principais indicadores fiscais, performance dos resultados Orçamentário, Previdenciário e Primário; evolução da Receita Corrente Líquida e das Despesas com Pessoal; comportamento da Dívida Consolidada Líquida; comprometimento da receita corrente líquida com Saúde e Educação; e movimentação do estoque de Restos a Pagar;

**Figura 10. Tela do Portal iFinanças**

**RESULTADOS FISCAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Exercício	Resultado Orçamentário		Resultado Previdenciário		Resultado Primário	
	2021	04/2022	2021	04/2022	2021	04/2022
Receita Realizada	128.995	36.294	7.481	1.831	109.733	31.704
Despesa Empenhada	128.892	39.702	17.431	5.281	96.203	26.007
Resultado (Receita - Despesa)	104	-3.408	-9.949	-3.450	13.530	5.698

Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda (2022)

- Redução dos prazos para encerramento dos balanços e disponibilização deles de forma consolidada e individualizada para os órgãos e entidades;

- Transferência informal das atribuições do Núcleo de Acompanhamento do PAF, antes vinculado ao Gabinete do Subsecretário do Tesouro Estadual, para a DCICF, permitindo um efetivo controle e análise do programa, desde a pactuação de metas até a avaliação final pela STN;
- Revisão da metodologia de elaboração da Matriz de Saldo Contábil:
  - Adoção da ferramenta SAS-VA;
  - Redução no prazo de confecção do demonstrativo;
  - Melhoria da nota do Estado de Minas Gerais, com evolução de 74,1 (conceito C) em 2020 para 85,54 (conceito B) em 2021, devido aprimoramento da elaboração da Matriz.
- Inserção da equipe da DCICF na validação da camada semântica do Armazém GRP e participação frequente nas salas de testes integrados, permitindo assim, a realização de alterações necessárias para a confecção dos demonstrativos fiscais;
- Disponibilização de 2 servidores da DCICF com dedicação exclusiva para a validação do Armazém GRP;
- Análise técnica para viabilizar a recomposição do índice da Saúde 2018, o que propiciou o pagamento de R\$ 912,79 milhões.

### 3.5 GRP

No período de 2019 a meados de 2022 diversos avanços foram observados no projeto GRP, tais como:

- Concepção e construção do processo de migração de dados do SIAFI-MG para GRP;
- Especificação, concepção e construção de melhorias nos diversos processos em função de alterações de processos nas diversas áreas, revisão das construções e mudanças de legislações em alguns casos;
- Implementação de ferramentas de controle objetivando monitorar os testes do GRP – Controle de Testes;
- Desenvolvimento de cursos EAD para treinamento de usuários com disponibilização do material para consultas em plataforma *Moodle*;
- Implantação da “Sala de Testes Integrados” para fins de certificação da aderência das regras de negócios dos processos de governo;
- Conclusão da construção do Armazém de Informações GRP e início das homologações por parte dos gerentes;

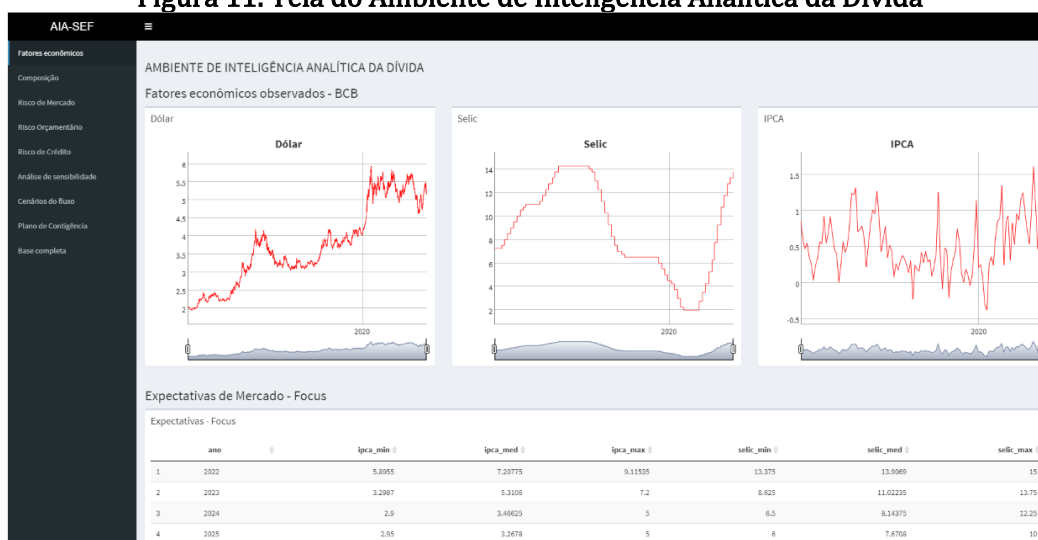
- Conclusão da construção dos processos de receita e convênio de entrada encontrando os mesmos em fase de homologação;
- Atendimento por parte da Prodemge das correções e/ou novas implementações solicitadas pelo cliente no período de 2019 a 2022, entretanto em função da intensificação dos testes novas demandas de correção e adaptação dos processos estão surgindo;
- Novo modelo de governança com a participação da alta administração da SEF, SEPLAG e Prodemge: Comitê de governança define prioridade e monitoramento intensivo e criterioso para a priorização e conclusão do projeto em 2023, em sua primeira versão.

## 4 SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE GOVERNANÇA DE ATIVOS E DA DÍVIDA PÚBLICA - SCGOV

### 4.1 Gabinete SCGOV

- Criação da Divisão de Gestão e Inovação, com a alocação de um servidor dedicado aos trabalhos voltados à Governança de Tecnologia de Informação e Comunicação, com o objetivo de melhorar a interlocução entre as unidades da SCGOV e a Superintendência de Tecnologia da Informação da SEF, bem como auxiliar na definição de estratégias, desenvolvimento e implementação das necessidades de tecnologia;
- Criação e suporte ao desenvolvimento do Ambiente de Inteligência Analítica da Dívida;

Figura 11. Tela do Ambiente de Inteligência Analítica da Dívida



Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda (2022)

- Assessoramento na definição da metodologia e execução mensal do processo de Gerenciamento de Riscos da Dívida;
- Simulações para avaliação do Regime de Recuperação Fiscal;
- Desenvolvimento e implementação de metodologia de precificação da Folha de Pagamentos;
- Desenvolvimento e implementação de ações de *Business Intelligence*: Portal Analítico dos Ativos Imobiliários, Portal de Ativos e Relatório de Dividendos e JCP;
- Criação de metodologia para categorização da Carteira de Créditos em Liquidação;

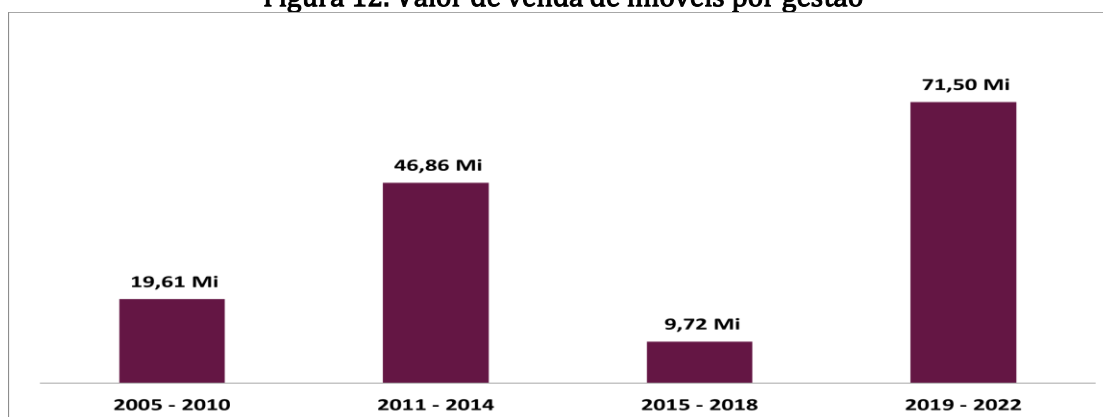


- Suporte ao desenvolvimento de ações de *Business Intelligence*: Portal da Dívida Pública, Portal de Imóveis e Portal das Empresas Estatais.

## 4.2 Diretoria Central de Gestão de Ativos

- Instituição da Política de Gestão de Ativos Imobiliários - PGAI, com a publicação do Decreto nº 48.280/21;
- Prospecção e identificação de imóveis sem destinação pública e com potencial econômico para composição da Carteira de Alienação de Ativos Imobiliários, resultando na edição da Lei n.º 23.802/21, que autorizou a alienação de 64 imóveis sem destinação pública, com valor total estimado de R\$76,47 milhões;
- Realização de 16 certames licitatórios, que resultaram na venda de 61 imóveis e na arrecadação de R\$ 71,51 milhões, maior valor de vendas registrado por período de gestão desde 2005;

**Figura 12. Valor de venda de imóveis por gestão**



Fonte: Elaboração própria (2022)

- Estruturação do Núcleo de Engenharia com foco na vistoria e avaliação de imóveis, para fins de alienação, resultando na elaboração de 151 laudos de avaliação, 40 vistorias e a elaboração de 927 pareceres técnicos de localização e estimativa de valor;
- Conclusão do processo de regularização do parcelamento do solo do Prédio Sede do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DEER;
- Regulamentação do Fundo de Ativos Imobiliários de Minas Gerais – FAIMG, por meio do Decreto nº 47.796/2019, o que propiciou a formalização de 6 termos de

disponibilização de imóveis, resultando em contrapartidas da ordem de R\$223 milhões;

- Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Ativos Imobiliários para controle e gestão da carteira de alienação de imóveis;

Figura 13. Tela do Sistema de Gestão de Ativos Imobiliários - SGAÍ

The screenshot displays the SGAÍ system interface. At the top, there is a navigation bar with the SGAÍ logo and menu items: Home, Gestão, Suporte, and Administrativo. The user's name, Adriane Sathler De Aguiar, and the date/time (02/05/2022 15:14:49) are also visible. Below the navigation bar is a search form titled 'Pesquisar Imóvel' with various input fields: Código SIAD (003494-2), Denominação, UF (dropdown), Município (dropdown), Logradouro, Carteira, Situação de Ocupação (dropdown), Tipo (dropdown), Área do Terreno (m²), and Valor do Imóvel (R\$) (dropdown). Below the search form are buttons for 'Pesquisar', 'Limpar Pesquisa', and '+ Novo Imóvel'. Below the search form is a table of assets with the following columns: Carteira, SIAD, Denominação/Desc, Processo Físico, Localização, Área do Terreno, Situação de Ocupação, Valor Avaliação (R\$), and Ações. The table contains one row of data: Imóvel ofertado para alienação, 003494-2, Ed. Paço da Alfândega, 2, RUA DA ALFÂNDEGA, 91, 7º ANDAR (ANDAR INTEIRO), CENTRO, RIO DE JANEIRO, 10.000,00, Desocupado, R\$ 1.298.000,00, and icons for edit, search, and delete.

Carteira	SIAD	Denominação/Desc	Processo Físico	Localização	Área do Terreno	Situação de Ocupação	Valor Avaliação (R\$)	Ações
Imóvel ofertado para alienação	003494-2	Ed. Paço da Alfândega	2	RUA DA ALFÂNDEGA, 91, 7º ANDAR (ANDAR INTEIRO), CENTRO, RIO DE JANEIRO	10.000,00	Desocupado	R\$ 1.298.000,00	[edit] [search] [delete]

Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda (2022)

- Realocação do acervo de mídias da extinta Minascaixa para a Cidade Administrativa, com redução de despesas contratuais de prestação de serviços de armazenamento estimadas em R\$500 mil/ano;
- Análise e categorização da carteira de créditos dos bancos extintos e privatizados possibilitando a precificação e proposição de estratégia de negociação/monetização destes ativos;
- Definição de metodologia para subsidiar a recuperação de créditos com a definição de premissas e critérios de priorização para o desenvolvimento das ações de cobrança, operacionalizadas pela MGI Participações;
- Nova modelagem do contrato de prestação de serviços de gestão ativos, baseado em performance no saneamento da carteira de ativos e recuperação dos créditos oriundos dos bancos extintos e privatizados;
- Mapeamento das participações acionárias minoritárias de órgãos e entidades da administração pública em empresas listadas ou não na bolsa de valores;
- Análise técnica e execução dos procedimentos relativos ao exercício do direito de recesso e, conseqüente, recebimento de reembolso das ações da Algar no valor aproximado de R\$1,6 milhões;

- Estruturação de base de dados e desenvolvimento de painéis gerenciais para controle e monitoramento das carteiras de ativos imobiliários alienáveis e ativos mobiliários (Ações Minoritárias, Debêntures, Créditos em Liquidação - CL's, Fundo Bemge);
- Definição de metodologia e processo de trabalho para projeção das receitas de dividendos e juros sobre capital próprio, originárias das estatais controladas pelo Estado, com vistas a subsidiar a atualização do fluxo de caixa do Tesouro Estadual e a elaboração das propostas orçamentárias;
- Desenvolvimento do Portal de Dividendos – painel gerencial destinado ao monitoramento das projeções e da arrecadação das receitas originárias das participações do Estado nas empresas públicas e sociedades de economia mista por ele controladas;

**Figura 14. Tela do Portal de Dividendos**



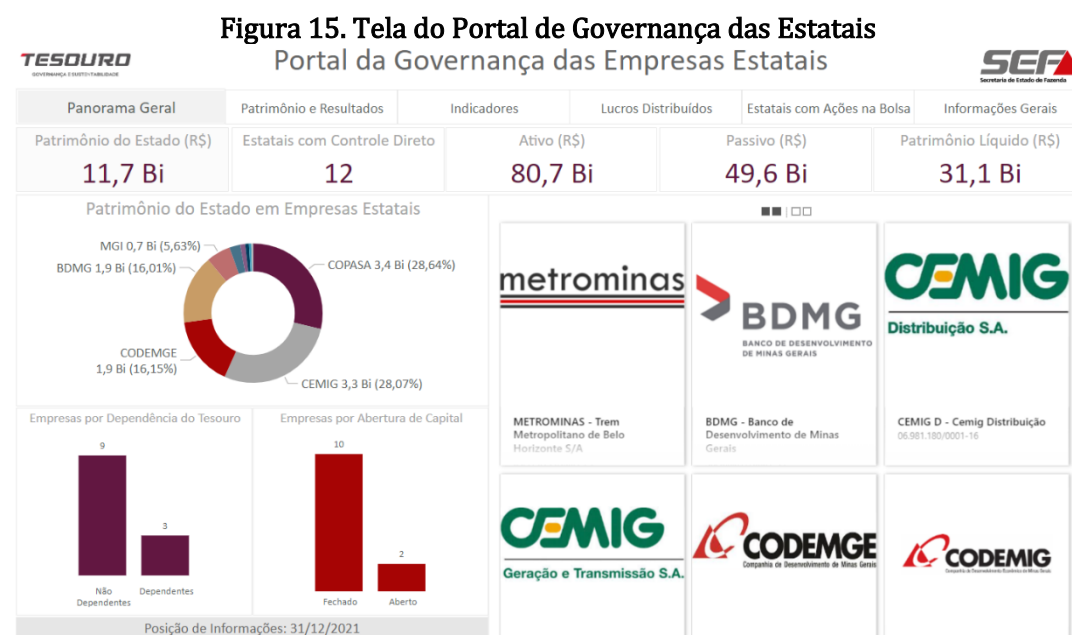
Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda (2022)

- Implementação do gerenciamento de riscos nos processos de recebimento de dividendos e de aportes de capital - trabalho realizado em conjunto com a DCGE e com o gabinete da SCGOV;
- Transferência das debêntures de emissão da MGI, pertencentes ao Estado, da custódia do Banco Itaú para o ambiente escritural, evitando o dispêndio de despesas estimadas em R\$400 mil/ano;
- Recuperação de Créditos em Liquidação (CL's), totalizando o valor de R\$ 798.755.207,94, repercutindo na gestão que mais arrecadou com a recuperação de créditos desde 2007.

- Elaboração de manual para classificação de receitas, contabilização, procedimentos de atualização e descontos nas receitas originárias da recuperação créditos e outros ativos dos bancos extintos e privatizados.

### 4.3 Diretoria Central de Governança das Estatais

- Regulamentação de estruturas e ações de governança sobre as empresas estatais dependentes e não dependentes, por meio do Comitê de Orçamento e Finanças - COFIN<sup>1</sup>, Comitê de Coordenação e Governança de Estatais - CCGE<sup>2</sup>; e Diretoria Central de Governança das Estatais<sup>3</sup>;
- Desenvolvimento do Portal de Governança das Estatais e do Portal da Previdência Complementar, disponibilizando ambiente analítico com maior transparência sobre informações agregadas das empresas em único sítio eletrônico;

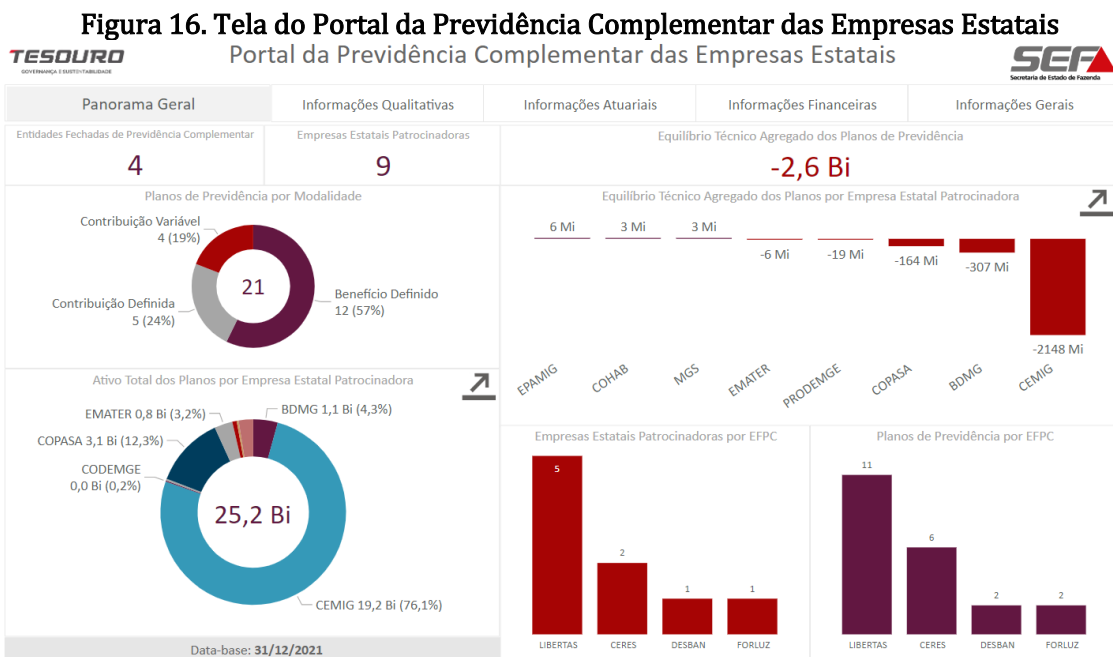


Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda (2022)

<sup>1</sup> Lei Estadual nº 23.304/2019 e Decreto nº 47.690/2019.

<sup>2</sup> Lei Estadual nº 23.304/2019 e Decreto nº 47.771/2019.

<sup>3</sup> Decreto nº 47.686/2019 e Decreto nº 47.794/2019.

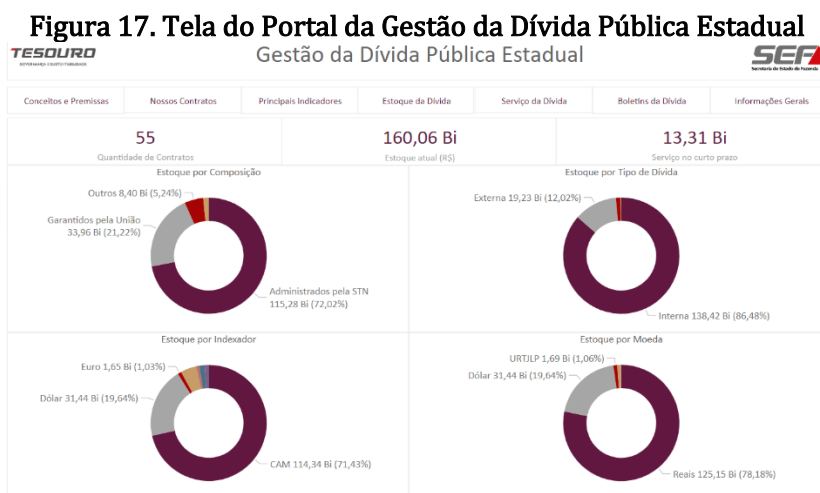


- Receita não tributária de R\$ 199,13 milhões a favor do Tesouro Estadual, por meio de dividendos deliberados adicionalmente a partir de análises técnicas de demonstrações financeiras;
- Implementação de 12 Programas de Demissão Voluntária, em 9 empresas, que proporcionaram economia de R\$ 506,73 milhões anuais para as estatais, sendo R\$ 33,22 milhões diretamente para o Tesouro;
- Eliminação de mais de R\$ 32 milhões anuais de potencial impacto financeiro nas empresas dependentes, por meio de análises técnicas de acordos coletivos de trabalho;
- Avaliação técnica de planos de previdência complementar das empresas estatais, oportunidade em que foi identificada reserva a distribuir a uma empresa dependente, no valor de R\$ 5,5 milhões;
- Avaliação máxima da gestão das participações societárias, conforme requisitos da metodologia MD-GEFIS do Banco Interamericano de Desenvolvimento;
- Apoio à atuação efetiva do Estado como acionista, por meio da elaboração de 601 análises técnicas, sendo 98 em 2019, 117 em 2020, 235 em 2021, e 179 em 2022; que mitigaram riscos fiscais, maximizaram resultados financeiros, avaliaram conformidade e alinharam diretrizes governamentais;
- Elaboração da 1ª Edição do Anuário das Empresas Estatais de Minas Gerais;
- Gerenciamento de riscos de 4 processos da governança das estatais;

- Gerenciamento das indicações aos conselhos das empresas, mediante avaliação formal de conformidade dos requisitos e vedações de cada candidato;
- Desenvolvimento do Sistema de Informações dos Conselhos das Estatais que produz relatórios para subsidiar o Estado na indicação e substituição de representantes;
- Aderência de 99% das manifestações do CCGE e COFIN às decisões implementadas nas empresas estatais, diminuindo conflito de agência.

#### 4.4 Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública

- Projeto Endividamento Sustentável:
  - Gerenciamento de Riscos dos Processos da Dívida – ISO 31000;
  - Nova modelagem matemática computacional para os contratos da dívida;
  - Desenvolvimento do Ambiente de Inteligência Analítica - estrutura organizacional fundamentada nos conceitos de *Business Analytics* e *Business Intelligence*, com objetivo de subsidiar o processo de gerenciamento de riscos da dívida e a tomada de decisões;
  - Gerenciamento de Riscos da Dívida.
- O Sistema de Controle de Operações de Crédito – SICOP: o desenvolvimento do sistema paralisado desde 2014, foi retomado em 2019, priorizando a integração com o GRP e a implementação de novas regras, em especial do módulo de inadimplência, permitindo a retomada da gestão da dívida no sistema;
- Transparência: desde 2019, a DCGD passou a disponibilizar no site da SEF/MG e, posteriormente, no Instagram institucional da Secretaria, o Boletim Mensal de Execução da Dívida, o Relatório de Avaliação Quadrimestral; e o Relatório Anual de Sustentabilidade do Endividamento. Em 2020, o Portal de Informações da Dívida foi reestruturado e disponibilizado no site da SEF/MG;



Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda (2022)

- Restabelecimento, manutenção e monitoramento da Regularidade Fiscal:
  - Implementação de canal no “Fale com o Tesouro” para orientações e saneamento de dúvidas dos órgãos da administração direta e indireta;
  - Realização, em 2019, dos parcelamentos e pagamentos dos débitos previdenciários - R\$995,2 milhões e das contribuições sociais correntes - R\$90,6 milhões;
  - Recuperação de crédito tributário: (a) decorrente de pagamentos indevidos de contribuições previdenciárias declaradas via GFIP e os valores recolhidos via GPS: R\$33,4 milhões; (b) homologação de crédito a compensar referente a multas de DCTF em razão do julgamento do Plenário do Supremo Tribunal Federal pela improcedência da Ação Cível Originária (ACO) nº 1.098/2009: R\$30 milhões.
- Principais resultados financeiros:
  - Assinatura do contrato nº 283/2022/CAF em 30/06/2022 no valor de R\$35,6 bilhões, para refinanciamento do passivo das liminares, com desconto de R\$6,04 bilhões correspondentes ao recálculo das parcelas em aberto mediante aplicação dos juros e encargos de adimplência pertinentes a cada contrato de dívida administrado pela STN;
  - Regularização das reduções extraordinárias concedidas sobre os valores das parcelas mensais da dívida no período de 1º/07/2016 a 30/06/2018, de que trata o art. 3º da LC nº 156/2016, no montante de R\$5,89 bilhões em 01/07/2018, por meio da assinatura do 11º Termo Aditivo ao contrato nº 004/98/STN/COAFI em 29/06/2022;

- Assinatura do contrato nº 336/2022/CAFIN em 20/12/2022 para refinanciamento de dívidas nos termos do disposto na LC nº 159/2017 e LC nº 178/2021;
- Liberação de recursos financeiros bloqueados, em conta de operação de crédito com o BNDES, no valor de R\$6 milhões.
- Regime de Recuperação Fiscal: simulações de cenários da dívida e análise de sustentabilidade da dívida para subsidiar a elaboração e aprovação do Plano de Recuperação Fiscal do Estado.



## 5 Mensagem do Subsecretário

Ao término do exercício de 2022, completam-se os quatro anos do atual ciclo de gestão, sendo certo que, apesar dos diversos desafios enfrentados pelo Estado de Minas Gerais, o Tesouro Estadual conseguiu entregar resultados positivos de grande impacto, conforme retratados ao longo do presente relatório.

A performance da Subsecretaria somente foi possível devido à competência técnica e gerencial do seu corpo funcional, tendo a inovação como valor e o interesse público como foco, perseguindo metas ousadas e que culminam nas entregas de excelência em gestão, transparência e resultados financeiros para o Estado e sociedade mineira.

Em suma, as avaliações independentes realizadas pelo BID, acerca da maturidade da Gestão Fiscal do Estado de Minas Gerais, em 2019 e depois novamente em 2022, destacam a expressiva evolução e resultados alcançados pelo Tesouro Estadual, no âmbito de sua competência, em um espaço relativamente curto de tempo, porém havendo sem dúvidas muitos desafios pela frente, e inovações e aperfeiçoamentos ainda necessários.

Em 2023, perseguiremos resultados ainda melhores, consolidando a estrutura legítima e robusta que o Tesouro Estadual constituiu nos últimos anos. Cada vez mais forte, cada vez mais eficiente, e cada vez mais digital e transparente. A Subsecretaria do Tesouro Estadual de Minas Gerais buscará estar sempre na vanguarda da Administração Pública e ser, cada vez mais, reconhecida por sua excelência e resultados.

**Fabio Amaral**

Subsecretário do Tesouro Estadual